

“De que lugar se projetam os paraquedas?” Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

“From where do we deploy our parachutes?”

In the trails of psychosociology and collectives to reinvent places of dreams

Mariana de Castro Moreira¹

Giovani Florencio²

Resumo: A partir de uma perspectiva interdisciplinar, o presente artigo toma os debates da Psicologia Social Crítica e da Psicossociologia, em uma abordagem interseccional, como pontos de partida para analisar os movimentos sociais e o direito à cidade como campos de luta e de resistência. Reconhece as heranças coloniais e nortecentradas que marcam as práticas psi, reificadas pela lógica neoliberal, e aponta caminhos ético-políticos outros, contracoloniais, de fortalecimento das instâncias e dos dispositivos coletivos, de forma situada, criativa, plural e comprometida com a justiça social e a garantia de direitos.

Palavras-chave: Psicossociologia. Movimentos Sociais. Coletivos. Interseccionalidade. Cartografia.

Abstract: From an interdisciplinary perspective, this article takes the debates of Critical Social Psychology and Psychosociology, in an intersectional approach, as starting points to analyze social movements and the right to the city as fields of conflict and resistance. It recognizes the colonial and northern-centric legacies that mark psychology practices, which are reified by neoliberal logic, and points to other ethical and political paths, which are counter-colonial and strengthen collective instances and devices, in a situated, creative, plural and committed way that is aimed over social justice and the guarantee of rights.

Keywords: Psychosociology. Social Movements. Collectives. Intersectionality. Cartography.

¹ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professora adjunta no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF/Rio das Ostras. *ORCID: 0000-0002-1989-8936 - E-mail: marianacastromoreira@id.uff.br.*

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. *ORCID: 0009-0007-9819-3283 - E-mail: psigovaniflorencio@gmail.com.*



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Kânda wakândula bièla bia kânda.

(A comunidade cuida dos seus membros. A comunidade soluciona os problemas da comunidade)

Fu-Kiau, 2024, p. 128

Introdução

O presente artigo insere-se no dossiê que problematiza os colapsos contemporâneos e as possibilidades de resistência e reconstruções parciais na busca por futuros alternativos, inspirando-se, como proposto, na metáfora dos “paraquedas coloridos”, proposta por Ailton Krenak, ansiando por contribuir com pistas e rastros que nos inspirem na construção de saídas coletivas e criativas.

Quando pensamos na dimensão dos sonhos, como trazemos no título do artigo, afirmamos a possibilidade da criação-invenção. Em tempos de desencantos, de incertezas, de recrudescimento da perda de direitos e de utopias que nos mobilizem, insistimos no caráter ético-político de nossa práxis: não “descobrimos” mundos, mas contribuímos para criar-inventar possibilidades, realidades e modos de existir e resistir. Assim, este artigo caminha também pela construção de futuros alternativos, apostando em pistas do sonhar-inventar mundos possíveis, quando se dobra sobre as possibilidades ativas de outras práticas, outras interações com a realidade e os agentes que a constituem.

Dialogando com uma perspectiva interdisciplinar, toma igualmente o campo da Psicologia Social Crítica e, mais especificamente, da Psicossociologia, em uma abordagem interseccional, como ponto de partida que aponta algumas das principais diretrizes ético-políticas, ontológicas e metodológicas para pensar a construção de outros mundos possíveis onde, coletiva e criativamente, caibam mais e mais pessoas.

A Psicologia Social Crítica está aqui sendo entendida não como uma escola teórica única e hegemônica, mas como uma matriz ético-política e epistemológica que se contrapõe ao modo moderno e colonial de pensamento e abarca diferentes abordagens teórico-metodológicas (Spink & Spink, 2006; Lane, 1984), aí incluída a Psicossociologia. Ao afirmar o caráter sócio-histórico das realidades e dos processos com os quais atuamos, radicaliza-se a indissociabilidade entre ciência e política, priorizando a construção de uma práxis comprometida com a transformação social.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Amparados também no pensamento contracolonial (Bispo dos Santos, 2023), apontamos que é preciso ir além do decolonial: não basta reconhecer e problematizar nossas heranças coloniais - brancas, heterocisnormativas, nortecentradas e supostamente tomadas como universais. É preciso aprender com a oralidade e as experiências constituídas *com e nos saberes* dos povos tradicionais, afropindorânicos, que muito têm a nos ensinar sobre possíveis alternativas para imaginar e inventar outros mundos possíveis. Assim, a postura do antropófago (Rolnik, 2011) permeia inteiramente nosso campo para que, mesmo utilizando de teorias europeias, que não devem ser ao todo descartadas, possamos situá-las, dando a elas nossos contornos e fomentando uma espécie de contaminação (Tsing, 2022).

A abordagem interseccional, mais que uma teoria, configura-se como uma abordagem analítica ou modo de “ler o mundo” e seus modos de opressão, relações de poder e lugares de privilégio. Nascida com o feminismo negro norteamericano, atualiza-se em terras afropindorânicas, produzindo políticas de visibilidade sobre marcadores sociais historicamente invisibilizados pelo modo moderno de construção de conhecimentos, entre eles: classe, raça, cor, gênero, orientação sexual, religião e deficiência – trama complexa que produz localmente processos de subjetivação e modos de sofrimento psíquico.

A articulação entre as abordagens contracoloniais e interseccionais radicaliza, para a matriz crítica da Psicologia Social, o imperativo de uma ciência encarnada e situada. Na contramão do modo universalizante de produzir conhecimento, exercitamos a construção de olhares e intervenções localizadas nos e com os territórios onde atuamos.

Assim, neste artigo, tomamos a discussão sobre o direito à cidade e os movimentos sociais aí envolvidos como territórios situados de problematização e, ao mesmo tempo, exercício que nos provoca a insistir na construção de proposições de psicologias outras – não modernas ou individualizantes – comprometidas com a invenção de saídas coletivas e criativas.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Olhando para trás para entender o que vem à frente: a Psicologia e seus vários caminhos

Historicamente, a Psicologia surgiu e constituiu-se como ciência e profissão das individualidades e das *internalidades*, marcada pelo ideário moderno e norte centrado e, assim sendo, os processos psicosociais e coletivos nem sempre se colocaram como campo-tema (Spink, 2003) de nossas problematizações e, consequentemente, de nossas práticas profissionais. Assim, nossa prática se constituiu inicialmente enquanto um dispositivo disciplinante, que cresce comprometida com “[...] o capital e o consumo, servindo principalmente de suporte científico das ideologias dominantes e de auxílio na perpetuação do *status quo* ao longo do seu percurso de legitimação social” (Dimenstein, 2000, p. 101).

A Psicologia, uma ciência que surgiu na Europa, forjada pela modernidade, tem em Wilhelm Wundt e em seu Laboratório de Psicofisiologia experimental, fundado na Universidade de Leipzig, na Alemanha de 1879, um marco de fundação que delimita e reforça a noção de uma ciência comprometida com o modo moderno de produzir conhecimento, onde “medir e quantificar são compromissos metodológicos” (Albarello & Mota, 2019, p. 194). Percorreu longo caminho no norte global se bifurcando em diversas linhas, das mais experimentais e cognitivistas às grupais e coletivas. Jacó-Vilela (2021) traz que muitos dos primeiros trabalhos no campo Psi, desenvolvidos no Brasil, tinham forte cunho racialista (a ser entendido como racista, usando da raça e de pressupostos científicos para justificar subalternização de corpos). Aqui, já no século XIX, os testes psicológicos eram amplamente utilizados (no ambiente hospitalar e na educação, principalmente) e tinham grande aceitação (Jacó-Vilela, 2021), algo não muito diferente dos dias atuais. Os resultados de tais testes e abordagens resultaram em políticas como a do embranquecimento populacional, por exemplo, uma vez que raça era entendida como um problema a ser solucionado no Brasil. Neste contexto, a Psicologia figura enquanto uma ciência que busca validar noções preestabelecidas de mundo, fomentando e sustentando representações, entre elas a cisão sujeito-objeto e uma pretensa



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

neutralidade axiológica que categoriza e hierarquiza a realidade, os corpos e subjetividades.

Desenvolvendo-se enquanto uma ciência das individualidades e contribuindo de forma contundente para nossa moderna forma de categorização de corpos, a Psicologia guarda forte herança colonial. Como dito anteriormente, não devemos esquecer do racismo “científico” tão presente em nossa história: Nina Rodrigues, por exemplo, almejou identificar características que apontassem para uma inclinação à criminalidade, usando demarcações raciais. Rodrigues, enquanto médico e psiquiatra, “acalmou” a elite do país e reforçou noções racistas sobre o povo preto e mestiço do Brasil – noções que nunca nos deixaram. No que tange às concepções sobre as massas no Brasil, lidamos, entre o final do século XIX e início do XX, com as teorias de embranquecimento, o mito da democracia racial, e os saberes médicos (que aqui compreendiam também os “psi”) marcando a possibilidade de mapeamentos das identidades, em tentativas constantes de disciplinação e controle dos corpos – principalmente negros e pobres (Barros & Josephson, 2006). Mais uma vez, o direito à cidade e ao próprio corpo foi controlado por dispositivos de poder - o discurso biológico e médico dando as mãos às teorias raciais.

Quando voltamos à atualidade, pouco parece ter mudado no que tange aos efeitos dessas concepções. Falamos de outros lugares, mas por vezes retratando os mesmos problemas. O acesso de pessoas negras aos espaços de tomada de decisão, por exemplo, fomentado por políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais, apontam para uma desejada movimentação que se encontra em curso e nos permite cada vez mais a abertura de espaços outrora negados. Assim, faz-se necessário reconhecer nossa herança, mas, principalmente hoje, em tempos de urgência, continuar a recalcular nossa rota para fazer diferente, tomar o lugar de fala e agir, radicalizar.

Acolhemos as sugestões de Arendt (2011) no sentido de buscar reconhecer as nossas heranças teóricas, metodológicas e epistemológicas, não com o intuito de repetir e conservar o que se fez, mas, sobretudo, pela possibilidade de levar adiante diferentemente o que se herdou, e isso envolve necessariamente certos deslocamentos.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Conforme temos problematizado em textos anteriores (Moreira, 2021), o movimento de re-conhecer as histórias da constituição da Psicologia enquanto ciência e profissão pode ser potente e apontar caminhos e possibilidades para “adiar o fim do mundo” (Krenak, 2019) e de construir um presente-futuro outro, nosso, situado, aterrado, racializado, comprometido com as e os “esfarrapadas/os do mundo”, como nos ensinou Paulo Freire (1968).

Adotando o conceito de *sankofa*, na língua twi “[...] voltar e buscar o que ficou para trás” (Noguera, 2019, p. 54), é nesse movimento de olhar para trás, no qual traçamos os encontros e desencontros, continuidades e rupturas, que se faz possível desenhar o caminho percorrido. Isto é, entender que o processo de constituição da Psicologia e seus atravessamentos passados nos aponta, se não para futuro a partir de outras éticas, ao menos para longe de onde não desejamos caminhar. A partir de *sankofa*, aplicado à história da Psicologia enquanto uma ciência que tenta se legitimar como uma ciência “dura”, que poderia ser submetida a testes como as ciências naturais, por exemplo, aprendemos que, ao olhar para trás, não conseguimos trazer muitas coisas se não trabalharmos em transformá-las, num processo antropofágico (Rolnik, 2011). Isto principalmente se agora entendemos nosso campo numa perspectiva outra, direcionada também à comunidade e aos processos coletivos.

Nosso encontro com a história da Psicologia – ou seria melhor dizer com as histórias das Psicologias, entendidas como campo de dispersão, múltiplo, diverso e plural (Garcia-Roza, 1977; Ferreira, Portugal & Jacó-Vilela, 2006) – não é óbvia. Acompanhar as histórias da Psicologia é também um exercício crítico que nos faz refletir sobre que memórias temos construído, que histórias temos contado e que histórias temos silenciado.

“Crítico” está aqui sendo entendido, de acordo com Patto (2015), não como uma simples abordagem, mas a partir da possibilidade de situar o conhecimento e explicitar nossos compromissos. Assim, problematizar a história da Psicologia, em sua interface



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

com o campo dos coletivos psicossociais, de forma crítica, é um compromisso ético-político.

Direito à cidade e movimentos sociais: a relevância das práticas coletivas em um olhar psicossocial e interseccional

A partir do posicionamento ético-político, metodológico e epistemológico preconizados pela matriz crítica, ampliamos nosso olhar para falar sobre o direito à cidade e os movimentos sociais em sua interface com a relevância das práticas grupais, reunindo alguns “rastros e pistas”, a partir de inspirações do método cartográfico para seguir. Entre estes rastros, na tentativa de problematizar “histórias do tempo presente”, conforme sugerem os historiadores, evocamos algumas cenas para compor um mapa que nos ajude a trilhar deslocamentos neste campo-tema.

Sem seguir necessariamente uma cronologia linear, encontramos a fala do atual Presidente Lula, na Cúpula dos países que compõem o G20, lembrando o legado da vereadora Marielle Franco e destacando sua luta por “[...] uma cidade mais inclusiva, com uma educação pública transformadora e o acesso aos serviços públicos para todas as pessoas como condições para cidades mais sustentáveis” (Lula, 2024).

Marielle, nascida no Complexo da Maré, era uma mulher, negra, defensora dos direitos humanos, a quinta vereadora mais votada no estado do Rio de Janeiro, e foi brutalmente assassinada, junto a seu motorista Anderson, em 2018. A distância que separa o local onde a Cúpula do G20 aconteceu, no Rio de Janeiro, e o Complexo da Maré é de aproximadamente 10 quilômetros. Fazendo um exercício de deslocamento no intuito de acompanhar algumas das mudanças neste trajeto e tomando a Maré, não como realidade isolada, mas como um possível analisador de muitos outros territórios marcados por situações de vulnerabilidade socioeconômica em nosso país, encontraremos as marcas da desigualdade, a precariedade na garantia de direitos, a ausência ou insuficiência do Estado abrindo espaço para que outras forças se façam presentes, um campo de contradições que evoca nossos olhares e práticas.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

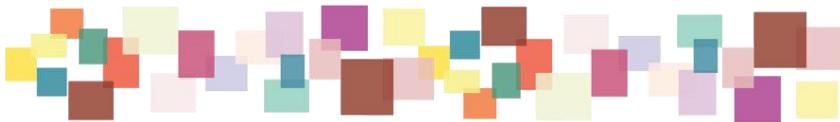
Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

O exercício analítico de “entrar na Maré” – longe de se propor a um “mapa completo” deste território - nos leva a encontrar algumas narrativas vividas na recente pandemia da COVID-19 e, com ela, mais uma vez, as contradições que marcam os diferentes territórios das cidades, os diferentes corpos e subjetividades.

Vale lembrar a morte do menino Miguel, negro, com apenas cinco anos de idade, ao cair do nono andar de um prédio de luxo na cidade de Recife, quando acompanhava sua mãe, a empregada doméstica Mirtes Renata de Souza, que precisou continuar trabalhando enquanto a maioria das famílias de classe média e alta podiam manter-se em quarentena. Enquanto muitos de nós usávamos máscaras de proteção individual, álcool 70%, mantínhamos as janelas e os ambientes arejados e acessávamos a Internet para continuar trabalhando e estudando, grande parte das famílias brasileiras vivia em condições precárias, casas compostas por um único cômodo, muitas vezes sem ventilação ou janelas e em insegurança alimentar.

Falar do direito às cidades é encarar não somente a luta contra as desigualdades entre cidadãs e cidadãos, mas também entre as cidades e os territórios onde habitam e vivem. Esta discussão despontou em maio de 1968, em Paris, em plena efervescência dos movimentos sociais – sobretudo estudantis e de trabalhadores na França – quando o escritor Henri Lefebvre lançou o livro *O direito à cidade* em homenagem ao centenário de *O capital* (1867), de Karl Marx. O livro colocou-se como uma homenagem/manifesto que exigia “metrô, trabalho e sono”, analisadores que materializam as contradições e cisões a que a maioria da população está submetida.

Com a pauta da luta pelo direito à cidade, vai-se além da discussão sobre um “teto para morar”, abarcando também o direito de pertencer a algum lugar, de circular livremente e de se apropriar da cidade “como sua”, como polis, no sentido político e coletivo do termo. E, por que não dizer, como ideal utópico no sentido do que Birri e Galeano nos contam “como horizontes para caminhar”? Assim, pensamos, quem ocupa e quem pode ocupar a cidade?



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Maio de 68 é referência para pensarmos os movimentos sociais mobilizados pela Guerra do Vietnã, pelo movimento hippie e da contracultura e nas pautas pela ampliação dos direitos civis. “É proibido proibir”, “Sejam realistas, exijam o impossível”, “Parem o mundo, eu quero descer”, “Não tomem o elevador, tomem o poder” e “A luta continua” são algumas das palavras de ordem que surgem em Nanterre, nas universidades dos arredores de Paris.

Este ideário revolucionário e mobilizador chegaria ao Brasil, pelas mãos dos militantes e de muitos dos nossos que foram exilados na ditadura militar, nos anos 1970 e 1980, associado à luta pela redemocratização do país, pela construção e consolidação das políticas públicas, pela afirmação da participação e do controle social como garantias preconizadas pela Constituição de 1988. O direito à cidade, neste contexto, passou a estar atrelado a uma vida digna para todas e todos: a cidade como espaço cotidiano de circulação e de encontros possíveis.

Falar sobre garantia de direitos e políticas públicas é, necessariamente, reconhecer as bases de lutas e de reivindicações dos movimentos sociais, aqui entendidos com Gohn (2011) como as

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituida, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (...) Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (Gohn, 2011, p. 335).

Conforme problematizamos anteriormente, cabe o reconhecimento de que os movimentos sociais sempre estiveram presentes, de diferentes formas, na história do nosso país e na formação da sociedade brasileira, embora, com frequência, tenham sido invisibilizados e, sobretudo, criminalizados.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Pensemos nos espaços religiosos que surgem enquanto uma resposta de vida aos horrores mortificantes impostos pela diáspora: o candomblé, os calundus, as macumbas cariocas e todos os outros agrupamentos similares que se deram no território brasileiro ao longo de nossa história, que colocaram – e ainda colocam – a continuidade de uma outra forma coletiva de subjetivação (Sodré, 2017). Aqui, a noção de coletividade sempre se impôs enquanto princípio ativo, disputando, ainda hoje, sobre o território e a cidade, o direito de ir-e-vir, de existir.

Se acima situamos o entendimento sobre o direito à cidade e, logo em seguida, reunimos elementos para problematizar os movimentos sociais, torna-se pertinente, neste momento, reunir elementos que nos ajudem a pensar sobre o compromisso ético-político da Psicologia e da relevância das práticas grupais, em seus processos psicosociais.

Reconhecer e reafirmar o espaço público como direito de todas e todos requer um enfrentamento contra a própria lógica neoliberal, extremamente alienadora e individualizante, que se impõe nos dias atuais. Neste sentido, é preciso afirmar a Psicologia como ciência e profissão fundamental para a garantia de direitos, priorizando uma atuação ético-política pautada pelos princípios e diretrizes de fortalecimento dos dispositivos coletivos e grupais.

Apostando na perspectiva interdisciplinar, trazemos Milton Santos (1996; 1997), geógrafo, brasileiro, negro, um dos maiores pensadores da contemporaneidade, que nos trouxe o conceito de cidadania mutilada. Segundo ele, se não podemos vivenciar as cidades de uma maneira igualitária, integrada e justa, não há cidadania. Problemas que se configuram sócio-historicamente em nosso país e estão marcados interseccionalmente – pela classe, gênero/orientação sexual, raça/cor, deficiência, idade, entre outros marcadores – pelos lugares de privilégio e inclusão/exclusão social, hierarquizando lugares, corpos, subjetividades e possibilidades (ou não) de circulação e garantia (ou não) de direitos.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Uma leitura e intervenção psicossocial sobre o direito à cidade nos leva a reconhecer a relação dialética e dialógica entre o que nos constitui, ao mesmo tempo, subjetiva e socialmente. Assim, trata-se muito mais do que um direito individual somente (Harvey, 2012), mas implica na recuperação e apropriação coletiva do espaço público, do comum que nos constitui, mas que pode nos unir ou nos separar.

As inspirações e diretrizes político-pedagógicas da Educação popular parecem apontar caminhos potentes ao nos ensinar a importância da leitura do mundo e dos territórios precedendo a própria leitura da palavra. Neste sentido, é importante reconhecer que os próprios processos de construção e de transformação das cidades, muitas vezes, se deram sem a participação popular, de forma alienante e excludente, atrelada à lógica colonial e capitalista. Isso se materializa nos nomes das ruas, dos monumentos e das pessoas homenageadas como heróis, mas, sobretudo, nas ações de ocupação, desocupação, gentrificação, remoção de favelas e dos “dejetos” da sociedade que não fazem a roda da produção girar.

A indignação como dispositivo analítico e propositivo pode ser potente gerando deslocamentos possíveis que nos façam questionar quais territórios e modos de vida naturalizamos e aceitamos e quais nos mobilizam, geram estranhamento, repulsa ou demandas de transformação.

Desde a Constituição Federal de 1988, importantes experiências têm sido experimentadas no âmbito da participação em fóruns e conselhos formuladores de políticas públicas, exercendo o controle social e, notadamente, de forma intersetorial, nos orçamentos participativos, nos Conselhos da cidade, de Assistência Social, de Direitos da Criança e Adolescente, da Juventude, do Idoso, da Pessoa com deficiência, de Geração de trabalho e renda, de Segurança pública, entre outros.

Mas, para além destes modos institucionalizados de participação, muitos outros dispositivos podem ser construídos. Pautados pela “ideia-força” de que trabalhar pelo direito à cidade é discutir um projeto de justiça social e de vida coletiva, a Psicologia pode atuar coletivamente, com grupos, instituições, comunidades e movimentos sociais,



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

fortalecendo a dimensão subjetiva e o sentimento de pertencimento aos territórios, contribuindo para conhecermos e resgatarmos as histórias dos lugares em que vivemos e circulamos, problematizando apagamentos e modos de opressão e contribuindo com a multiplicação de vozes, versões e modos de ser e estar nas cidades.

A Psicossociologia na promoção de novas práticas, percepções, fazeres: buscando pistas coletivas que nos direcionem à criação de outros mundos

A Psicossociologia incita o rompimento com um certo modo tradicional de produção de conhecimento no campo social (Pedro & Moreira, 2021). Apontando para a (re)invenção de caminhos no fortalecimento do coletivo, nossa prática (entre pesquisa, ação e intervenção) vai na contramão da compreensão de uma subjetividade descolada dos coletivos, do mundo e, carrega “[...] um foco, portanto, menos nas identidades e mais nas redes ou nos coletivos” (Pedro & Moreira, 2021, p. 17). Rompemos assim com alguns paradigmas: não há indivíduo e nem social (enquanto forças distintas), não mais nos debruçamos sobre nosso “objeto” enquanto algo necessariamente alheio a nós, as condições concretas de existência são de fato consideradas e há constante foco nas produções do coletivo.

Dessa forma, a produção metodológica na Psicossociologia, inventiva e alocada no território, nos traz pistas de outras formas de contribuição científica. Nas exposições racistas de outrora, não havia interesse que a ciência fosse aproximada das populações. Pelo contrário, havia o desejo de controle destas por esta mesma ciência, uma ciência alinhada com os desejos do capital e o controle para fins de produção. Na contramão, nossa aposta está na aproximação para fins de emancipação, inclusive na ideia de “nós falando de nós” (Nascimento, 2022) – o que também remonta à nossa noção de sonho enquanto reinvenção de mundos.

Entendemos também que a produção de subjetividade nunca se dá de forma internalizada ou individual. A subjetivação, a demarcação de um corpo para si, é feita no coletivo. Nós nos subjetivamos ao passo que nos defrontamos com as instituições



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

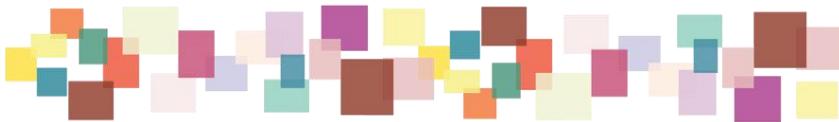
Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

formadoras de nossa sociedade. Nasciutti (1998, p. 2) nos apresenta uma simples definição de instituição: “[...] de maneira geral, podemos dizer que tudo aquilo que se tornou instituído, reconhecido como tendo existência materializada na vida social é instituição”.

Ou seja, para compreender a instituição, aqui precisamos adotar uma chave de leitura que se apoia principalmente sobre o pensamento do movimento institucionalista, da análise institucional de Lapassade e Lourau. Este, busca enquanto movimento, o questionamento de práticas instituídas e cristalizadas, propondo uma análise da rede que constitui uma dada instituição. Isso requer uma análise histórica, presencial e essencialmente de contato com a comunidade, pois a instituição aparece por meio dos corpos que por ela são atravessados.

Novamente, por instituição não falamos de espaços físicos, como comumente entende-se o termo, mas “[...] árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido e o que é indiferente” (Barembli, 1992, p. 156), o conjunto de leis, normas, hábitos que regulam nossa existência. Esta compreensão sobre a instituição nos auxilia na proposta de outras práticas em nosso campo. Se entendemos que o “indivíduo” está intrinsecamente imerso nas redes institucionais, temos uma pista de ação. Ou seja, não existe um trabalho individual que possa promover saúde, por exemplo, que desconsidere políticas públicas, a rede de garantia de direitos e acessos básicos como educação e alimentação. Dessa forma, o trabalho se dá de forma múltipla e necessariamente em rede, pois é no coletivo que se tem mais força para balançar o que é instituído e fomentar o instituinte, aquilo que é novo, que chega para modificar.

No sentido de rede, propomos não somente novas aproximações teórico-metodológicas, mas um novo prisma para percepção da realidade e logo, por conseguinte, uma contaminação nas práticas. A partir da teoria ator-rede (ANT, na sigla em inglês), Latour nos convida a uma nova percepção de mundo e execução de prática-pesquisa. Aqui, a aproximação sobre o campo é como a ANT (formiga em inglês), rastreando, a partir do



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

próprio território, pistas e processualidades, farejando sinais de constituição de processos. Compreendemos a rede como esse conceito “que ajuda a redistribuição e realocação da ação” (Latour, 2013, p. 26). Ou seja, a rede é o que sustenta e reafirma qualquer ação enquanto um movimento coletivo – nada acontece no vácuo, mas no meio social, o que “[...] dissolve inteiramente o enigma indivíduo versus sociedade que manteve os teóricos sociais e os cientistas políticos ocupados pelos últimos duzentos anos” (Latour, 2013, p. 28).

Compreender o mundo a partir da noção de rede, dos acompanhamentos de processos, nos convida a um lugar da não categorização a priori, da não representação de objetos. Remetendo-nos ao conceito de rizoma, desenvolvido por Deleuze e Guattari (2011), entendemos que a rede é um rizoma. Isto é, qualquer rede de atores se comporta a partir da multiplicidade de conexões em constante formação, em constante vir-a-ser-outra-coisa; nada está parado e tudo se conecta a todo tempo.

O rizoma, enquanto um princípio ontológico, deixa entrever as lógicas de conexão às quais estamos submersos enquanto sociedade. A percepção de mundo a partir do rizoma infiltra-se em nossas práticas, dentro da Psicossociologia, a partir do método cartográfico, que nunca toma qualquer campo enquanto dado, mas comprehende que este se revela na relação. Aqui, nos importa “[...] detectar a trama que acompanha o ato de conhecer e de criar um mundo, pois assim nos aproximamos do que engenha o pessoal e o coletivo; nos aproximamos do conhecimento concreto e articulado que tem efeitos políticos, éticos e estéticos” (Pozzana, 2014, p. 48).

É preciso um trabalho de abertura porosa ao mundo enquanto prática-pesquisa, pois é nesse processo que podemos conhecê-lo e atuar, numa abertura ao plano coletivo de forças. Também, é necessário desnaturalizar qualquer percepção prévia de mundo, permitindo que o encontro dê o caminho e não atuando a partir de pré-concepções que possam nos direcionar a representações que mantenham padrões e conceitualizações hegemônicas.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Aqui, eticamente evocamos a postura do antropófago (Rolnik, 2011), uma vez que toda translocação teórica exige atenção e cuidado, sendo necessária uma adequação à nossa realidade. Na ótica do antropófago, as teorias são devoradas e então utilizadas de forma situada. Podemos usar Deleuze, Guattari, Latour, mas necessariamente precisamos colocar seus pés europeus em solo brasileiro.

Um corpo poroso em campo ainda é um corpo marcado interseccionalmente – ou seja, por marcadores de raça, gênero, classe – que interage com o campo a partir de suas próprias experiências e atravessamentos de mundo. É importante situarmos que o cartógrafo, aquele que põe em prática tais modos de se estar no mundo/fazer pesquisa, não é neutro, sem cor, agênero, flutuando por entre linhas e redes imaginárias. Pelo contrário, é este estar no mundo singular do cartógrafo, em seu território próprio, que pode sugerir uma também singular disponibilidade e abertura ao campo. De fato, as raízes que crescem na França não são as mesmas que crescem por aqui e, por isso, nosso rizoma tem outros contornos. Nossa caminho, e talvez parte da construção de sonhos evocados neste artigo, seja entender sobre seus movimentos e contornos então singulares, numa proposição de caminhos até a contracolonialidade.

Assim, com as noções de rizoma, da cartografia e das compreensões da análise institucional, no campo da Psicossociologia, podemos habitar territórios a partir de outros lugares, fomentando presentes-futuros outros. Aqui há uma proposta de atuação alinhada à criação de novos mundos, novas ciências, novas articulações teóricas. A presença no coletivo, a partir dessa outra perspectiva, nos convida a uma atuação ainda mais potente no que diz respeito à criação de holofotes, à enunciação de questões outrora invisibilizadas. É preciso compromisso ético-político com a mudança em tempos tão urgentes como o que vivemos. A aliança com o coletivo, força motriz de mudança, principalmente esse subalternizado pela hegemonia, nos encaminha necessariamente à criação de outras narrativas, à descoberta de outras gramáticas. Aqui também há uma força enquanto possibilidade de construção de outras ciências, de outras sociedades, nos amparando no esperançar de Paulo Freire.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

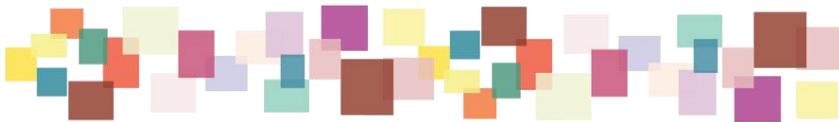
Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura científicidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial, como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera pura, que vira, assim, espera vã (Freire, 1997, p. 5).

É importante marcar que a urgência dos tempos, enquanto tempos sombrios de distorções, fascismos e neonazismos, perpassa também as questões de disputa sobre a prática de nossos campos. A Psicossociologia da qual falamos aqui é uma construção de esforços coletivos que deseja produzir outra ciência. Entretanto, como trouxemos anteriormente, o campo da psicologia ainda é muito marcado por ideais individualizantes atrelados a lógicas neoliberais – esta perspectiva não está no passado, mas nas clínicas sem recorte racial, nas teorias que mantêm e nutrem discursos hegemônicos. Ao sustentar uma narrativa “baseada em evidências”, por exemplo, que aparenta garantir a cura ou a conquista de um determinado objetivo, o que estamos fazendo senão achatando subjetividades e trabalhando a partir de serializações? Da mesma forma, se chegamos em campo na intenção cristalizada de levar informações e colher resultados – porque a partir da academia supostamente sabemos mais do campo do que ele mesmo – não estaríamos somente reproduzindo a lógica das caravelas?

Como aposta, debruçamo-nos sobre as linhas que formam as políticas públicas, que constituem a força da Educação Popular, que constituem os trabalhos e ações com comunidades. Inserimo-nos aqui no reforço às ações que promovam direitos e atuem sobre a garantia de dignidade existencial. Talvez seja a partir de uma mudança de paradigmas que possamos avançar nos campos, reforçando a ação do instituinte sempre que necessário.

Também, a partir dessa outra relação de encontro com o campo, devemos supor – e até almejar – que haja uma espécie de contaminação. Não nos colocaremos em campo



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicosociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

como aqueles que sabem, mas sim em posição de produção comunitária, no aprender-com, fazer-com e pesquisar-com (Moraes, 2010). Dessa forma, nossa prática seguirá também em constante processo de construção, aprendendo, por exemplo, com os coletivos, com os movimentos, como estar em coletivo, em movimento. Importante dizer que esse processo contribui com reformulações nas matrizes de conhecimento que passam a ser alimentadas também pelo território e não somente externamente a partir de cânones muitas vezes marcados pelo tempo.

Esses são os nossos paraquedas. Ao reconhecermos nossas heranças e seus efeitos no modelo de sociedade em que vivemos, damos um passo inicial na retomada da narrativa. Sendo assim, como coloca Krenak (2019), temos medo da queda, mesmo sabendo que vamos cair, mesmo caindo o tempo todo. Assumir a herança racista da medicina, por exemplo, é aceitar a queda – estamos caindo. Todavia, é aqui, a partir de ações e trabalhos como este e inúmeros outros que vieram antes e ainda virão, que cairemos mais devagar, buscando outros lugares de pouso. Krenak (2019) nos convida a inventarmos paraquedas para essas quedas. Talvez não seja mais possível evitar ou eliminar a queda, “mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos” (p. 63) que somam força na luta pela possibilidade de construção de outras práticas, ciências, modos de existir e, por fim, de outros mundos.

Considerações Finais

Como nos indica a epígrafe utilizada no início do artigo, apostamos em caminhos coletivos e comunitários a fim de deslocar nosso fazer dentro da Psicologia, percebendo as possibilidades de aprendizagem a partir da e na coletividade. Como traz Fu-Kiau (2024), é a comunidade que sabe de si, por isso, nossa aproximação deve ser cuidadosa e situada para que possamos produzir com e não sobre, junto e não com afastamento ou mais violência.

Marcamos ao longo deste artigo que falamos a partir do campo da Psicologia como um campo que demarcou e sustentou, em parceria a outras ciências, o modo-indivíduo



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

enquanto modelo padrão de análise e reprodução. Felizmente, este campo foi sendo fissurado por outras perspectivas: a partir de uma matriz crítica e interseccional pode-se observar um outro envolvimento do campo para com grupos, coletivos e movimentos sociais.

Tais movimentos são base de luta e reivindicação, que costuram processos de garantia de direitos e políticas públicas. A Psicologia que se alinha a esses movimentos ganha em possibilidade de ação, aproximando-se de grupos, coletivos, instituições e comunidade não a partir de um lugar de estranhamento, mas de soma de forças – não no sentido da conciliação, mas com o reconhecimento e assunção de que estamos em um campo de lutas e de disputas o tempo todo – afirmando então um novo lugar, um outro compromisso ético-político. Notou-se aqui a necessidade de fazer diferente, alterar as narrativas, enunciar outras formas de aproximação.

A Psicossociologia, enquanto um campo outro, atrelado, mas não fixado, nem à Psicologia, tampouco à Sociologia, apresenta-se como possibilidade de ação não tradicional reforçando trajetos de reinvenção junto a enunciados coletivos. Ao compreendermos que a subjetividade não é algo individual ou interno, traçamos redes que dizem de outras formas de apreensão/intervenção do e com o mundo. Aqui, a mudança de perspectiva é essencial para que possamos entender as possibilidades de se fazer ciências outras, de portar novos paraquedas coloridos, inventivos. Também, a noção de rizoma e da cartografia sustentam teórica-metodologicamente nossa aposta: é preciso perceber o mundo de outras formas, colocando o corpo, em estado poroso, em contato direto com suas redes de criação. Assim, almejamos pelo contato, pela produção a partir e com o encontro, pelo rompimento com paradigmas de produção hegemônicos e criação do novo pela contaminação com o campo. Apostamos assim nas pistas deixadas ao longo deste trabalho, reconhecendo o passado para avançar em direção a presentes-futuros outros, colocando o corpo no mundo a partir dos coletivos e não apartados deles. Que sigamos assim, em nosso “sonho teimoso” de projetar “paraquedas coloridos”, adiando o fim do mundo e reinventando lugares de sonhos.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Referências

Albarello, Beatriz Amália & Mota, Ricardo Vasquez. Perspectivas Epistemológicas da Psicologia: antecedentes históricos e filosóficos e contribuições para a Psicologia contemporânea. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 193-208, 2019.

Arendt, Ronald João Jacques. A pesquisa em psicologia social: substantiva e processual. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 2, p. 182-186, 2011.

Barembli, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

Barros, Regina Duarte Benevides de & Josephson, Silvia Carvalho. A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In: Ferreira, Arthur Arruda Leal; Jacó-Vilela, Ana Maria & Portugal, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da psicologia:** rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006. p. 441-462.

Bispo dos Santos, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

Brasil. **Discurso do presidente Lula na sessão de abertura do Urban 20.** Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 2024. Disponível em: Gov.br.

Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

Dimenstein, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 95-121, 2000.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Fu-Kiau, Bunseki. **O livro africano sem título:** Cosmologia dos Bantu-Kongo. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

Garcia-Roza, Luiz Alfredo. Psicologia: um espaço de dispersão do saber. Rádice. **Revista de Psicologia**. v. 1, n. 4, p. 20-26, 1977.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Gohn, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

Gohn, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008.

Harvey, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

Jacó-Vilela, Ana Maria. Trajetórias da Psicologia no Brasil - conciliações e resistências. **Memorandum Memória E História Em Psicologia**, v. 38, 2021.

Jacó-Vilela, Ana Maria; Ferreira, Arthur Arruda Leal & Portugal, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Lane, Silvia Tatiana Maurer & Codo, Wanderley. **Psicologia Social – O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Latour, Bruno. Redes, Sociedades, Esferas: Reflexões de um Teórico Ator-Rede. **Informática na educação: teoria & prática**, v. 16, n. 1, 2013.

Moreira, Mariana de Castro. Entre utopias e esperanças: a atualidade de Paulo Freire para adiar o fim do mundo. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, n. esp., p. 177-188, 2021.

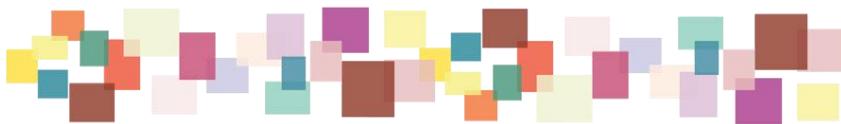
Moraes, Márcia. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, Marcia & Kastrup, Virginia. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010. p. 26-51.

Nascimento, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**: ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu, 2022.

Nasciutti, Jacyara Carrijo Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: Campos, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 100-126.

Noguera, Renato. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 31, p. 53-70, 2019.

Patto, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.



“De que lugar se projetam os paraquedas?”

Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos

Mariana de Castro Moreira & Giovani Florencio

Pozzana, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia & Escóssia, Liliana da. (Org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 42-65.

Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro & Moreira, Mariana de Castro. Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de outros mundos possíveis. **Pesqui. prát. psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021.

Rolnik, Suely. **Cartografia Sentimental** - Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Sulina / Ed. UFRGS, 2011.

Santos, Milton. Cidadanias mutiladas. In: Lerner, Julio (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1996/1997. p. 133-144.

Sodré, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

Spink, Peter. Pesquisa de campo de psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

Spink, Mary Jane; Spink, Peter Kevin. A Psicologia Social na atualidade. In: Jacó-Vilela, Ana Maria; Ferreira, Arthur Arruda Leal & Portugal, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: NAU, 2006. p. 679-700.

Tsing, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

Data de recebimento: 10/04/2025

Data de aceite: 26/06/2025

Como citar este artigo:

MOREIRA, Mariana de Castro & FLORENCIO, Giovani. “De que lugar se projetam os paraquedas?” Entre as trilhas da Psicossociologia e dos Coletivos para reinventar lugares de sonhos. **Áskesis**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 33-53, 2025. Doi: <https://doi.org/10.14244/2238-3069.2025/26>.